

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 31 DE MARÇO DE 2023

LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho

Presenças

Grupo PS	Silvino José da Silva Lúcio - Presidente António José Mateus de Matos Ana Margarida Gaspar Coelho
Grupo PSD	Rui Pedro Figueiredo Corça José Paulo de Carvalho Pereira
Grupo CDU	Mara Lúcia Almeida de Oliveira
Grupo Chega	Maria Inês da Graça Louro



[Signature]

Hora de início: 15 horas

As intervenções poderão ser ouvidas na íntegra através do link: <https://youtu.be/FRVwgY-nYww>

ORDEM DO DIA

1. PROPOSTA N.º 32/P/2023 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2022

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve:

“Considerando:

- o previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- o disposto no art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- que, nos termos do disposto no art.º 81.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro (LOE 2023), foi aprovada a proposta n.º 18/P/2023 na reunião da Câmara Municipal de 14 de fevereiro de 2023 e na sessão da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2023, para incorporação do saldo de execução orçamental, por recurso a uma revisão orçamental, mediante aprovação da Demonstração do Desempenho Orçamental, documento que integra o conjunto de documentos de prestação de contas anexos.

Proponho:

1. a aprovação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao período de 2022, que integra a Demonstração do Desempenho Orçamental de 2022 já aprovada pela proposta n.º 18/P/2023;
2. o posterior envio, à Assembleia Municipal, dos documentos acima referidos, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção apresentando os dados mais relevantes da execução orçamental e financeira do ano 2022:

Ao nível da análise orçamental, e de forma resumida há que registar o seguinte: as receitas arrecadadas pelo Município totalizaram 21 533 milhares de euros sendo que 90,7% corresponderam a receitas correntes e 9,3% foram receitas de capital, outras receitas e receita não efetiva. Na estrutura das receitas, prevalecem as transferências (correntes e de capital) e os impostos diretos com pesos de 47 % e 38,4% da receita total, respetivamente.

Relativamente a 2021, a Receita registou um aumento de 997 milhares de euros (+4,9%) fruto, no essencial, do aumento dos impostos diretos (+1,7 milhões de euros, provenientes, em especial, do IMT e da Derrama). Isto apesar da redução das receitas de capital, na ordem dos 654 milhares de euros. De notar, porém, que as transferências de capital decorrentes de candidaturas a fundos comunitários aumentaram 258 milhares de euros. A taxa de execução orçamental da Receita foi de 105,4%. Registou-se uma melhoria já que em 2020 foi 75,7% e em 2021 foi 91,6%.

Ao nível da Despesa, os pagamentos efetuados ao longo do ano foram 20 669 milhares de euros. 10 711 milhares, ou seja 51,8%, canalizaram-se para o PAM e para o PPI; 7,5 %, 1 544 milhares de euros foram Operações Financeiras e 8 415 milhares de euros, 40,7 % da despesa, foi aplicado no funcionamento dos serviços

Em termos da Despesa Total, as Despesas com Pessoal, que são parte substancial do funcionamento dos serviços, tiveram um peso de 39,6%, as Aquisições de Bens e Serviços, com as atividades constantes do PAM - 25,1% e as aquisições de bens de capital, com os projetos de investimento incluídos no PPI - 16,8%. Relativamente a 2021 e, ao contrário da Receita, a Despesa, diminuiu 11%, ou seja, -2,6 milhões de euros.

Em 2022, o Município manteve o esforço de investimentos, com destaque para os cofinanciados por fundos comunitários, como Requalificação da Zona Ribeirinha da Vala do Esteiro de Azambuja, Requalificação e Reabilitação de arruamentos na Rua Eng. Moniz da Maia e na Rua Vitor Cordon, Requalificação e Refuncionalização da EB, JI e Espaços Exteriores de Vila Nova da Rainha e Requalificação do Largo de Palmela.

O nível de execução orçamental da Despesa alcançou os 85,2% melhorando o comportamento face a 2021 que teve uma execução de 80,2%.

No final do ano registou-se um saldo de gerência de 4 691 571 euros, que transitou para 2023, mantendo a solidez ao nível da gestão de tesouraria.

No domínio da análise económica e financeira salienta-se o seguinte: os Rendimentos do período fixaram-se em 21492 milhares de euros e os Gastos em 23 029 milhares de euros o que levou a um Resultado Líquido do Período negativo de 1 538 milhares de euros, que contribui desfavoravelmente para a situação financeira municipal. Registou-se, porém uma melhoria deste indicador face a 2021, ano em que o Resultado se fixou em - 2.183 milhares de euros. O Ativo ascendeu a 68 008 milhares de euros, 78,1% foram ativos fixos tangíveis. O Passivo, incluindo Acréscimos e Diferimentos, cifrou-se em 13 111 milhares de euros, representando cerca de 19,3% do Ativo e o Património Líquido, ou seja, a diferença entre ativo e passivo, foi 54 897 milhares de euros, com um peso de 80,7% do Ativo. O aumento do Passivo relativamente a 2021 foi de 3,9 milhões de euros, e resultou, essencialmente: aumentos das “Outras Contas a Pagar” pelos reembolsos de IMT apurados pela Autoridade Tributária, em dezembro, no valor de 2,8 milhões de euros. De notar que se esta operação não tivesse ocorrido o ano teria encerrado com um resultado líquido positivo na ordem de 1,3 milhões de euros.

O Prazo Médio de Pagamentos, de acordo com a fórmula legal, manteve-se nos 0 dias, ou seja o Município encontra-se a pagar as aquisições de bens e serviços praticamente a “pronto pagamento”.

Quanto aos limites e equilíbrios legais: foi cumprida a regra do equilíbrio orçamental, foi cumprido o limite da dívida total e o Município, no final do ano, dispunha de uma capacidade de endividamento de 16,7 milhões de euros.

O Sr. Vereador José Paulo Pereira iniciou a sua intervenção reportando-se à Ação do Plano 010403 - questionou que equipamento foi adquirida para a transmissão das reuniões; criticou o facto de não se ter avançado com as posturas de transito (AP 0302); perguntou que atividades tiveram lugar no parque ecológico e em que fase está a elaboração da Carta Educativa (AP 0601); que tipo de estudos se encontram em consulta prévia (AP 050803); chama a atenção para o elevado nº de alunos que são transportados para dora do concelho (AP 060104); questiona quantas bolsas foram atribuídas a membros dos Bombeiros (AP 060207)

Em resposta o Sr. Vice-presidente informa que o equipamento em causa são os microfones que são atualmente utilizados, tendo o Sr. Vereador criticado o facto de não se disponibilizar equipamento para transmissão via Facebook.

A Sra. Vereadora Ana Coelho, relativamente às posturas de transito, diz que têm decorrido reuniões regulares com a Junta de Freguesia de Vale do Paraíso, sendo expectável, para breve, a apresentação do documento com as alterações introduzidas.

O Sr. Presidente aponta “Um dia no campo” e “Férias Ativas” como atividades regulares que têm lugar no Parque Ecológico. A Carta Educativa encontra-se em fase de conclusão. O nº de alunos transportados está ligado ao facto de não existirem, no concelho, as áreas educativas requisitadas pelos alunos; foram atribuídas duas bolsas a elementos dos Bombeiros e será reatada a atribuição de bolsas através da CLC. Encontra-se em avaliação a colocação, no concelho, de 26 oleões, com sensores que possibilitam uma gestão inteligente permitindo a recolha quando justificado.

A Sra. Vereadora Inês Louro questionou o elevado valou afeto a despesas com pessoal, tendo sido explicado que o mesmo se deveu, em exclusivo a alterações remuneratórias obrigatórias e ao retomar de atividades entretanto paradas devido à pandemia. No respeitante ao funcionamento da CPCJ pediu esclarecimento quanto aos números das medidas de proteção aplicadas, se este era expresso sobre o n.º total ou sobre o n.º dos novos processos, situação que ficou para esclarecer posteriormente. Perguntou em que se materializa o projeto para o HubsLisbonAzambuja tendo sido informada que se trata de um projeto de arquitetura para a remodelação total do edifício. No respeitante à iluminação

publica, dado ter considerado uma afetação financeira avultada, foi explicado que o reforço realizado teve por base o investimento com recurso a tecnologia LED.

Interveio em seguida o Sr. Vereador Rui Corça que começou por abordar a problemática da Escola Secundária no sentido que nem todo o executivo tem conhecimento da evolução do processo. Lamenta o facto de a CLC ter suspenso a atribuição das bolsas matéria que diz respeito à responsabilidade social das empresas. Atendendo à execução da despesa, que é de 85,2%, considera o valor escasso. Tal significa que existem projetos que não tiveram desenvolvimento, ou seja, compromissos que não foram respeitados. Lamenta o corte inusitado de verbas aos municípios a título de atribuições de benefícios fiscais (no nosso caso relativo ao exercício de 2017) que inviabiliza o exercício de uma gestão minimamente correta e equilibrada.

Abordou a problemática do absentismo, que se mantém a um nível elevado, registando, contudo, uma melhoria das faltas por acidentes em serviço. Criticou o aumento das despesas de funcionamento da Câmara relativamente a 2021 (essencialmente explicado pelas despesas com pessoal), o facto de o Parque da Milhariça não estar, ainda à disposição da população de Aveiras de Cima (é lembrado que só o bar não está disponível), as dívidas de refeições escolares, e de mercados e feiras.

A Sra. Vereadora Inês Louro assinalou o fraco investimento nos domínios da Saúde e da Intervenção Social e apresentou o seguinte REQUERIMENTO: *“Solicito relatório com informação do número de viaturas levantadas na via pública, quantas devolvidas aos proprietários, quantas foram a leilão e quantas permanecem nas nossas instalações.”* Continuando, fez o seguinte PONTO DE ORDEM À MESA: *“É lamentável que o Sr. Presidente se dirija aos Vereadores sem pelouro, com facto de na discussão deste ponto que é de extrema importância, que o Sr. Presidente tenha o desprazo de se virar para os Vereadores sem pelouro e que se dirija aos mesmos perante as suas intervenções e as suas perguntas, como querendo-se exhibir, olhe sobre isso só lhe tenho a dizer, tenho pena é de poucas pessoas assistirem a isso, para verem o triste espetáculo que o Sr. Presidente dá constantemente nestas reuniões.”*

O Sr. Vereador Rui Corça solicitou entrega do Plano de Investimentos da AdAz e lamenta a não operacionalização da Contabilidade de custos. Por fim protestou face à atitude do Presidente relativamente às participações dos Vereadores e critica o prazo concedido para a apreciação dos documentos de Prestação de Contas e Planos e Orçamentos.

Uma vez posta a votação a **Proposta N.º 32/P/2023 foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor (PS e CDU) e com três votos contra (PSD e Chega) – Votos de vencido.**

2. PROPOSTA N.º 33/P/2023 – APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO DE 2022

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve:

“Considerando que:

- *o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro) relativo à forma de aplicação dos resultados líquidos do período foi revogado pelo art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;*
- *que o SNC-AP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, não determina uma forma de aplicação dos resultados líquidos do período.*

Proporho a transferência do resultado líquido do período no valor de - 1 537 539,13€ para a conta 56.1 - Resultados Transitados.”

Uma vez posta a votação a **Proposta N.º 33/P/2023 foi aprovada por maioria com quatro votos a favor (PS e CDU) e com três abstenções (PSD e Chega).**

3. PROPOSTA N.º 34/P/2023 – AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA O MUNICÍPIO NO ÂMBITO DA SAÚDE

A proposta foi retirada.

4. PROPOSTA N.º 31/P/2023 – ACEITAÇÃO DE DONATIVO – SODIAVEIRAS, SUPERMERCADOS LDA. (INTERMARCHÉ)

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve:

“Considerando que:

- *a «ÁVINHO - Festa do Vinho e das Adeias» irá ter a sua 17.ª edição, em Aveiras de Cima, entre os dias 14 e 16 de abril;*

- a «ÁVINHO» é um evento organizado, em parceria, pela Câmara Municipal de Azambuja, pela Junta de Freguesia de Aveiras de Cima e pela "Associação Vila Museu do Vinho", contando, ainda, com o apoio da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo;
- a dimensão que o evento tem vindo a alcançar, ao longo das suas edições, projeta o nome do Município de Azambuja, em geral, e da freguesia de Aveiras de Cima, em particular, atraindo mais visitantes, mas implica igualmente um acréscimo do custo inerente à sua realização;
- foi recebido o ofício em anexo, da sociedade SODIAVEIRAS, SUPERMERCADOS, LDA. (INTERMARCHÉ), sediada em Aveiras de Cima, no qual esta declara pretender doar ao Município 600kg de carne, 600 pães, 35 pacotes de acendalhas e 45 pacotes de sal, no valor global de 4.833,90 € (quatro mil oitocentos e trinta e três euros e noventa cêntimos), para serem consumidos na «ÁVINHO»;
- é salutar o apoio e colaboração das empresas sediadas no concelho à promoção das tradições e eventos culturais que nele se realizam;
- nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara aceitar doações com interesse para o Município.

Proponho que, no uso da competência supramencionada, a Câmara Municipal, delibere autorizar a aceitação do donativo da SODIAVEIRAS, SUPERMERCADOS, LDA. (INTERMARCHÉ).”

Uma vez posta a votação a **Proposta N.º 31/P/2023 foi aprovada por unanimidade.**

ENCERRAMENTO

Eram dezassete horas e cinquenta minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião.

Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro, sob cuja responsabilidade foi elaborada.

Endereço eletrónico para a visualização na íntegra da presente reunião: <https://youtu.be/FRVwgY-nYww>